

# Relicário de Ações sobre Aborto

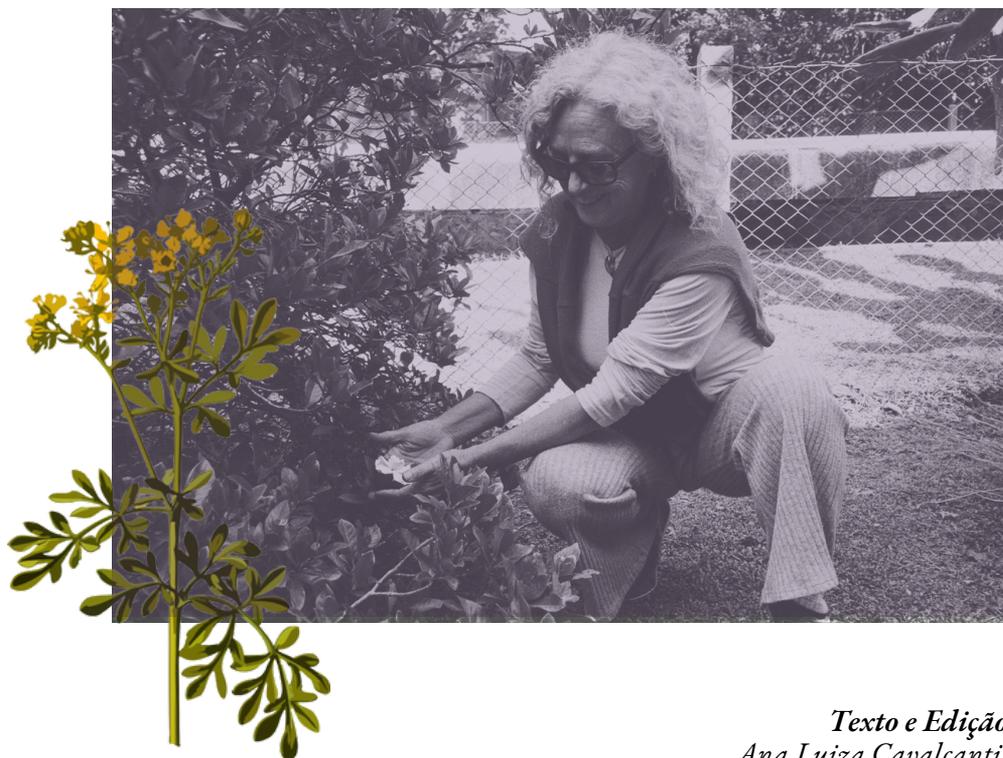
*no Brasil*



por mulheres cannábicas

2023





***Texto e Edição***

*Ana Luiza Cavalcanti,*

*Carolina Moraes*

*Clarissa Cavalcanti*

*Emily Bandeira*

*Verônica Veloso*

***Ilustrações***

*Anaeli Xavier*

*Annelise Schulz*

*Cakes*

*Júlia Maciel*

***Fotografias Analógicas***

*Bella Montiel*

*Emily Bandeira*

*Guerrilha MCBR SP*

***Edição Gráfica e Diagramação***

*Emily Bandeira*



# Dizemos *Gracias*

Antes:

Honramos as que vieram antes.

Gostaríamos de agradecer a todas/es que estiveram e estão nesse front de batalha que é a busca por autonomia e respeito a nossos corpos. Sem vocês comadres, acompanhantes, ativistas, cuidadoras, pesquisadoras, educadoras, nem estaríamos aqui.

Segundo Semestre, 2023.

Publicação por Mulheres Cannábicas do Brasil  
[www.mulherescannabicas.com.br](http://www.mulherescannabicas.com.br)



+

 safe2choose

# Índice

Introdução.....	5
Rede de Informações e Apoio.....	8
Judicialmente Falando.....	13
Sobre Comunicação e aborto.....	17
Além Disso.....	20



# Introdução

por Ana, Emily e Vero

O movimento Feminista e Antiproibicionista possui diferentes frentes de ação. Em sua maioria, os temas abordados pelo feminismo antiproibicionista se relacionam com a busca por **autonomia e gerenciamento dos corpos, a nível pessoal e social**.

Partindo dessa perspectiva, é possível observar uma história de controle que vai desde os úteros individuais até o encarceramento em massa.

No Brasil, **duas proibições**, prescritas no código penal, causam danos e estigmas irreparáveis em nossa sociedade: a atual política de drogas e a criminalização do aborto.

Ambas criminalizações possuem consequências lamentáveis similares:

- Legitimam mortes em números abundantes, em especial da população jovem e negra e de mulheres pobres, negras e indígenas
- Não impedem que pessoas façam o uso de substâncias ou que parem de interromper gestações, apenas tornam ambas atividades menos seguras (no uso e no corre pra conseguir a substância)
- Afastam as pessoas que mais necessitam de atenção e cuidado das redes de saúde e do acolhimento de pessoas próximas
- Dificultam o acesso à educação e à informação de qualidade sobre esses temas (consumo de substâncias e/ou interrupção de uma gravidez indesejada)
- Permitem que informações falsas e mentiras a respeito dos temas possam ser compartilhadas e reproduzidas



- Geram estigma sobre as pessoas que realizam estas atividades, mesmo que sejam práticas recorrentes durante toda a história da humanidade (utilizar substâncias/interromper uma gestação)
- Recaem com maior violência e punição sobre populações já marginalizadas e reforçam desigualdades
- Dificultam conversas maiores e mais importantes, como:

## *Por que algumas drogas são proibidas?*

(inclusive o misoprostol)

## *Por que interessa ao Estado o controle dos direitos reprodutivos?*



Por isso, nós, do Mulheres Cannábicas, gostaríamos de honrar e agradecer a atual construção feita por coletivas, redes de apoio, acompanhantes, intelectuais, ativistas e outras/es agentes sobre a defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil.

**Cês são <3<3**

Esta publicação tenta reunir vários saberes e experiências para facilitar o acesso a algumas dessas construções, de modo a potencializar o movimento da maré verde que nos une em direção à garantia de nossos direitos.

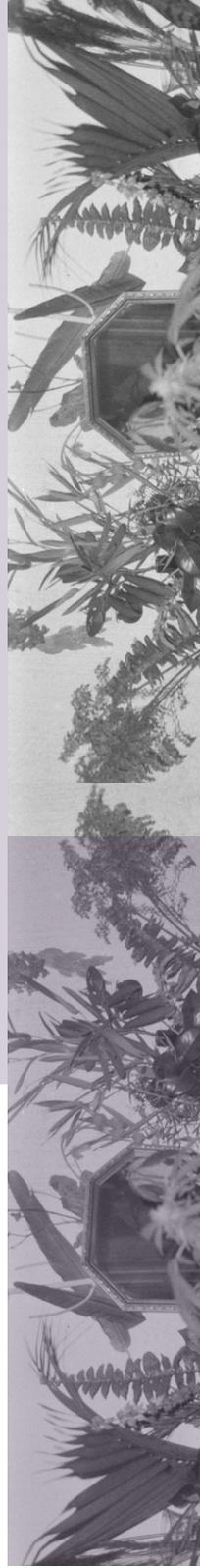
**Para que haja justiça social, precisamos de justiça reprodutiva.** Não há como sonharmos e materializarmos um mundo igualitário se as pessoas não possuem o direito e as informações para decidirem sobre os seus próprios corpos.

A justiça reprodutiva é parte da justiça social; até mesmo porque os corpos e corpos que mais sofrem os efeitos das proibições são os corpos vulnerabilizados por uma estrutura social racista, machista, classista, transfóbica e heteronormativa que isola nas margens as periferias.

Importante lembrar que justiça reprodutiva e a luta por decidir sobre os nossos territórios-corpos é mais do que falar sobre interrupção de gravidez indesejada. Passa por aí, mas também passa pelo direito a parir com segurança, pelo direito a métodos anticoncepcionais, pelo direito a exercer a parentalidade, e por aí vai.

Esta não é mais uma pauta isolada, de mera escolha individual. A luta é por garantia de direitos e pela reparação de desigualdades, tão extremas no contexto brasileiro.

*Então bora começar:*



# Rede de Informações e Apoio

por Ana e Clarissa

Começamos nos cuidando e nos apoiando.  
Ainda bem que essa rede já vem bem antes de nós.

Nesta seção, queremos trazer um pouco sobre cuidado e redes de apoio.

## *Por que se cuidar?*

Porque é fundamental para essa pauta política que as ativistas envolvidas se cuidem.

Caso esteja querendo se envolver nesta luta, **procure informações**, vá atrás de quem já trabalha com esse tema, entenda os enquadramentos utilizados para construir essa pauta.

A busca por garantias em direitos sexuais e reprodutivos é um movimento complexo e, por isso mesmo, já possui algumas **estratégias** traçadas. Procurar entender quais estratégias são essas a partir da sua área de atuação (seja ela jurídica, comunicativa, educativa, etc) é um bom ponto de partida.

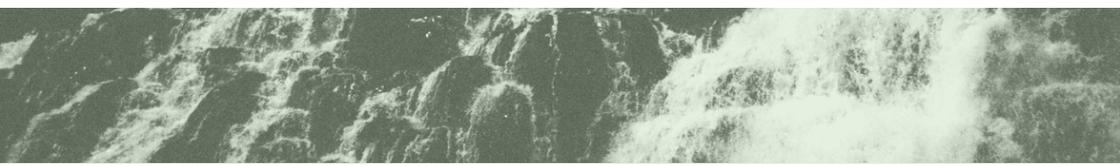
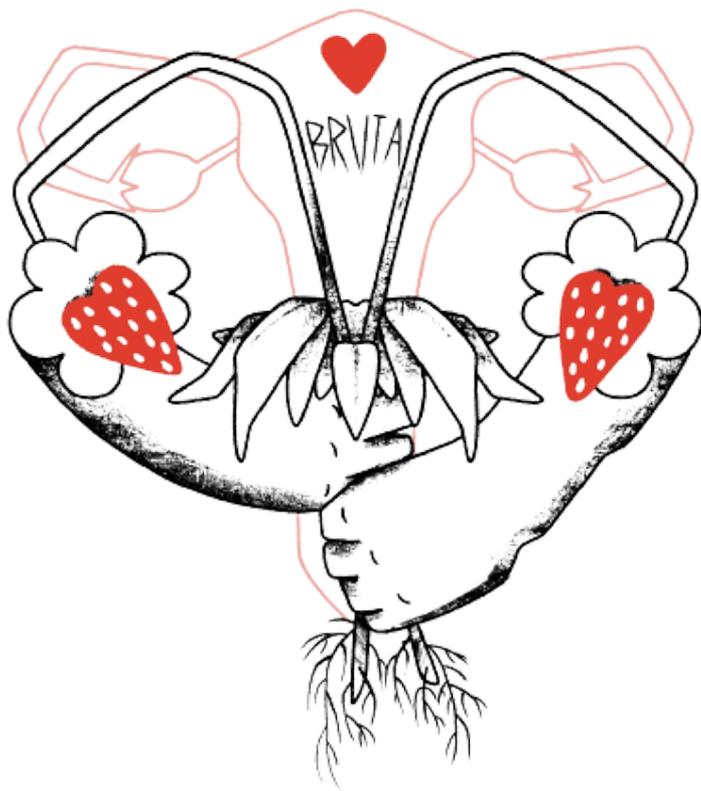
Este é um movimento coletivo construído a várias mãos. <3



Criminalização não é brincadeira, é a liberdade e a vida de muitas pessoas que está em jogo!

Precisamos lutar, mas precisamos fazer isso com cuidado para garantir a continuidade da luta e o nosso bem-viver.

Criamos uma lista de referências de links, cartilhas, reportagens, guias informativos e outros materiais sobre diferente temas que perpassam o acesso ao aborto, argumentos para a descriminalização, questões sobre comunicação sobre o tema, boas práticas de cobertura feminista e mais!





## *Quais informações são importantes saber?*

É importante termos formas e oportunidades de tirar dúvidas sobre questões que perpassam a saúde sexual e reprodutiva, sobretudo o aborto, de maneira segura e confiável. Felizmente, várias organizações e ativistas têm sistematizado essas informações e disponibilizado de maneira prática para todas nós nos ampararmos quando precisamos de apoio e esclarecimentos.

Assim, você pode acessar canais, chats de websites e linhas de WhatsApp, nos quais profissionais estão disponíveis para responder às dúvidas e, também, podem prover auxílio jurídico em casos de violações de direitos. Através destes números, é possível ter acesso a números de canais de denúncia, hospitais e serviços de referências em saúde sexual e reprodutiva. Também é importante conhecer os dispositivos do SUS em que você pode buscar auxílio no seu território.

Aqui seguem algumas boas recomendações:

### **Canal Eu Cuido, Eu Decido. (61) 992086526**

Canal de respostas automáticas para suas perguntas sobre direitos e saúde sexual e reprodutiva. Nele, você encontra informações seguras sobre contracepção, violência sexual e formas de denúncia, acesso a serviços de pré-natal, parto e aborto legal.

### **Vera - Linha sobre Direitos sexuais e reprodutivos (81) 985807506.**

Você pode tirar dúvidas sobre saúde sexual e reprodutiva e receber suporte confiável, seguro e embasado cientificamente para tomar decisões informadas sobre sua saúde. Todas as perguntas e informações são tratadas com sigilo. Você pode entrar em contato pelo WhatsApp, de segunda a sexta, de 14h às 18h.



Orientações online sobre aborto seguro

[info@safe2choose.org](mailto:info@safe2choose.org)

*safe2choose*

Aborto - por que precisamos descriminalizar? Argumentos apresentados ao Supremo Tribunal Federal na Audiência Pública da ADPF 442

*Anis - Instituto de Bioética*

Trajetórias e Argumentos Feministas pelo Direito ao Aborto no Brasil

*Grupo Curumim e Cfemea*

Diretriz sobre cuidados no aborto: resumo

*OMS, 2022*

Como fazer um aborto seguro com medicamentos até a 12 semanas -

*Aborto Fora do Armário*

Como é feito um aborto seguro?

*AzMina\_*

<https://comofazerabortoseguro.org/>

A quem interessa o aborto inseguro?

*Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde\_*

Mapa de Argumentos ADPF 442

*Nem Presa Nem Morta\_*



**Cartilha Advocacy e Saúde Reprodutiva**  
*Grupo Curumim*

**Cenário brasileiro de injustiça reprodutiva para meninas e mulheres negras -  
Guia para jornalistas e comunicadores**

**Dossiê - Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva -**  
*Ong Criola*

**Aborto no Brasil: Um guia em saúde e direitos**  
*Projeto Cravinas*

**Cartilha O que são direitos sexuais e reprodutivos?**  
*Cravinas & Roda das Minas*

**Aborto legal via telessaúde - Orientações para serviços de saúde**  
*Anis*

**Aborto no Brasil: uma abordagem jurídica e prático-informativa**  
*Nem Presa Nem Morta*

**Gravidez indesejada na Atenção Primária a Saúde (APS):  
as dúvidas que você sempre teve, mas nunca pode perguntar**  
*Anis*

**Biblioteca Cravinas com materiais acadêmicos sobre o tema**



Estes são apenas alguns links de materiais/canais de comunicação que consideramos seguros. Obviamente, a lista não se encerra aqui e caso acredite que algum link importante possa estar faltando, fale com a gente :-)

# Judicialmente falando...

por Carol e Vero

Nesta seção, abordamos de maneira simples algumas questões a respeito do aborto no Brasil partindo de uma perspectiva jurídica.

Você também pode adquirir mais informações a respeito na cartilha:

**Aborto no Brasil: Uma Abordagem Jurídica e Prático-informativa**

## *É justo o cuidado e a autonomia serem exceções?*

O aborto, a disponibilidade de informações acessíveis e qualificadas sobre aborto e o acolhimento antes, durante e após o aborto são ações de cuidado e oferecem autonomia para pessoas com útero. Porém, com a legislação que temos, esse cuidado e essa autonomia se tornam uma exceção, uma possibilidade que só algumas pessoas acessam.

No Brasil, o aborto é considerado crime em quase todas as situações, menos algumas, desde que feito por profissionais de saúde (art. 128):

- quando a gravidez é resultante de estupro;
- quando a gravidez oferece risco de vida;
- e em casos em que o feto apresenta anencefalia (se enquadrando em uma situação de impossibilidade de vida).





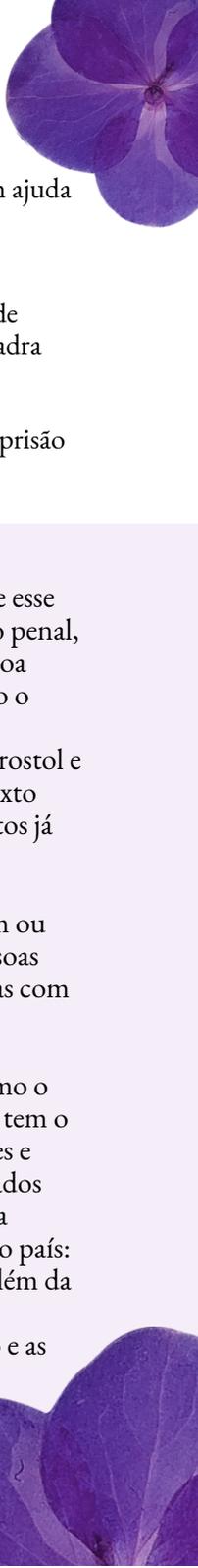
Isso significa que:

- uma pessoa que realiza o aborto de forma autônoma ou com ajuda de alguém pode ter que passar por um processo judicial, ser condenada à detenção ou a outras formas de punição;
- uma pessoa que realiza o aborto em uma das possibilidades de exceção tem que se preocupar com demonstrar que se enquadra nessas exceções para não ser punida; e
- uma pessoa que ajuda outra a abortar pode ser condenada à prisão ou outras formas de punição.

Ou seja, dar suporte, acolhimento e acompanhamento durante esse momento tem sido também criminalizado com base no código penal, mesmo quando a ação tem apenas a intenção de cuidar da pessoa gestante que está passando por uma gravidez indesejada. Como o remédio mais utilizado para a interrupção da gravidez circula legalmente apenas em alguns espaços (como é o caso do misoprostol e sua utilização nos hospitais) ou não são regularizados no contexto brasileiro (como a mifepristona) ter conosco esses medicamentos já pode te colocar em risco.

Isso acontece porque o Estado, e outras instituições, controlam ou tentam controlar a vida das pessoas, em especial mulheres, pessoas que gestam, pessoas negras e indígenas, pessoas pobres e pessoas com deficiência.

Até quando estão regulando o uso de algumas substâncias, como o misoprostol (que serve para o abortamento) e a maconha (que tem o fim medicinal), por exemplo, eles autorizam em certas situações e criminalizam em outras, afetando especialmente os grupos citados acima! Além do sistema penal, nesses dois casos temos a mesma agência que está decidindo se e como a substância é regulada no país: ANVISA. É importante lembrar disso porque a luta vai para além da descriminalização no código penal. É essencial que exista a regularização da substância considerando o contexto brasileiro e as desigualdades que perpassam pelos corpos.



Apesar da proibição, o aborto e o uso de drogas são fatos que seguem acontecendo. Mais especificamente sobre a interrupção de gravidez indesejada, os dados ainda são escassos e as diversas pessoas que gestam, mas sabemos que 1 a cada 7 mulheres de até 40 anos já passou por um aborto. Dessas mulheres, a maioria são negras. Para cada 10 mulheres brancas que abortam, existem 15 mulheres negras. Isso é preocupante, porque as possibilidades de acesso ao cuidado em torno dessa ação são atravessadas por estereótipos, preconceitos e estigmas que são impulsionados pela criminalização.

Mulheres, pessoas que gestam, profissionais aliadas/es e movimentos sociais têm buscado mostrar para o Estado que esses estereótipos, preconceitos e estigmas não deveriam impedir o cuidado e nem prejudicar a vida das pessoas que gestam. Por causa disso, hoje contamos com importantes decisões que nos ajudam a proteger essas pessoas, por exemplo:

- Decisão do STJ que, confirmando o Código de Ética Médica e o Código de Processo Penal, explica que um médico deve manter o sigilo profissional e não denunciar uma paciente que tenha realizado um aborto
- É recomendado que, caso um profissional da saúde se recuse a realizar um aborto legal (que se encaixe nas exceções que citamos) em alguém por causa de suas crenças pessoais (a chamada objeção de consciência), essa pessoa deve ser encaminhada para outros profissionais.
- Foi também um julgamento do STF que definiu que a anencefalia autoriza a interrupção da gravidez.
- Vale lembrar que ninguém é obrigado a confessar durante um interrogatório com a polícia ou mesmo o juiz, sendo importante buscar a assessoria de um advogada ou defensora caso chegue a este ponto!





Ainda que o caso de uma pessoa teoricamente se enquadre no que é reconhecido pela justiça brasileira como um aborto legal, acaba sendo difícil acessar o serviço na prática. Isso porque pode envolver se expor, lidar com estigmas, ter que contar que foi vítima de um abuso, esperar um tempão por uma decisão judicial, entre outras dificuldades.

Considerando essas barreiras de acesso ao serviço legal e, mais importante, considerando que os direitos das pessoas que gestam e o cuidado com quem decide interromper uma gravidez não deveriam ser uma exceção, o movimento feminista buscou o STF para que esse autorize qualquer aborto até a 12ª semana de gestação - o caso de muitos outros países que recentemente descriminalizaram o aborto. Em interação com o Poder Judiciário, o movimento feminista mostra que é possível uma relação positiva com o Estado, que não seja só de medo! Podemos mostrar para o Estado que ouvir as pessoas que gestam é a melhor estratégia para entender como podemos ser cuidadas.

A descriminalização do aborto, por meio do julgamento da ADPF 442, representaria uma vitória do movimento feminista no Brasil. Mas, ainda há muito para conquistarmos para que o aborto seja de fato acessível para todas as pessoas que gestam. É necessário que o aborto seja legal e seguro, seja oferecido pelo sistema de saúde público e fora dele, e que não haja impecilhos para o acesso. Para isso, precisaremos de uma legislação que regule a interrupção e o acesso aos remédios, que deixe de tratar o cuidado e a autonomia como exceções.



# Sobre Aborto e Comunicação

por Clarissa e Emily



No Brasil, temos o direito de falar e de repassar informações sobre aborto, ainda que este seja criminalizado na maioria dos casos! Assim, divulgar dados, formas de realização segura do procedimento, pesquisas científicas e argumentos pelo pedido de descriminalização são direitos garantidos.

A jurisprudência que embasa a possibilidade a manifestação a favor do aborto vem da ADPF 781, que entendeu a legalidade da realização das marchas da maconha no Brasil. O STF, no caso, decidiu que a liberdade de expressão e manifestação não se configura como apologia. Entende-se por apologia (art.287 do Código Penal) produzir, executar ou dar origem ao crime. Então, falar sobre o tema de maneira impessoal, ou seja, sem circular informações explícitas e especializadas, é permitido.

Ainda assim, é preciso ter cuidado, pois vemos as repetidas tentativas dos opositores em enquadrar atividades e ações em prol dos direitos reprodutivos, sobretudo do aborto, como crime - assim como fazem em relação às drogas! Falar sobre aborto no país deve ser feito de maneira estratégica, tanto para o nosso cuidado pessoal e organizacional, como para conseguirmos, de fato, projetar narrativas que nos ajudem a avançar e levar essa pauta mais longe!

Isto porque, se queremos avançar, precisamos lembrar que o aborto envolve diferentes argumentos e possibilidades e devemos saber escolhê-los a depender do público alvo que queremos impactar. Precisamos ampliar o diálogo com as pessoas que não estão convencidas da importância do tema, mas não são explicitamente contra o aborto.

Apostar em imagens e símbolos de esperança pode ser mais estratégicos do que reiterar, sempre, os efeitos supostamente negativos do aborto. Enquadrar a descriminalização como uma luta pela vida das mulheres e das pessoas com capacidade de gestar pode ser, inclusive, uma forma de disputa narrativa com os opositores. Assim, como adaptar nossa linguagem e nossa narrativa para falar com os diferentes públicos? Essa reflexão cabe para nossas relações interpessoais, nossas atividades de ativismo e advocacy e, também, para a realização de reportagens para o debate público.

Balãozinho informativo: A Campanha Nem Presa Nem Morta e o Portal Catarinas, por exemplo, criaram um [guia de boas práticas de cobertura feminista](#) sobre aborto no Brasil. Nele, elas buscam refletir sobre o papel do jornalismo na reprodução do estigma e como a prática jornalística pode ajudar na superação deles.





Além disso, existem algumas tecnologias que podem auxiliar na troca/busca de informações online:

- Vocabulário e terminologia: caso esse seja um tema recorrente entre um grupo de pessoas, pode ser interessante definir entre si substitutos para as palavras estigmatizadas (aborto, misoprostol, etc). Mesmo assim: cuidado com a utilização desses códigos!
- No caso de reuniões presenciais para falar de temas delicados vale aquele lembrete de que nossos celulares e computadores estão nos escutando o tempo todo (ah! aquele "termos e condições" que a gente aceitou e não leu...): modo avião neles!
- Whatsapp e Telegram não são chats seguros de conversa. Prefira aplicativos que não guardem seus dados e mensagens e que garantam sua segurança, o Signal ou o Wickr são exemplos de aplicativos assim.
- Caso necessite de um navegador seguro não use os navegadores padrões (nada de google chrome, galera). Você pode usar alternativas como o TOR browser. E para aplicativos de email alternativos você pode usar o Proton Mail.
- Olhem esse aplicativo aqui também

E conta pra gente: existem outras tecnologias e ou aplicativos que deveríamos acrescentar a lista?

# Além disso

por Emily e Vero



Nesta última seção, trazemos algumas curiosidades e sugestões sobre a temática abortista.

*Você sabia que o misoprostol  
foi descoberto como um medicamento abortivo  
pelas mulheres brasileiras?*

Pois é, nós que descobrimos essa função tão importante desse medicamento. Um remédio usado para úlcera se tornou o remédio internacionalmente recomendado para o aborto seguro.

Mas aqui no Brasil o acesso ao medicamento foi dificultado um montão depois de descobrirem que as pessoas usavam o remédio pra abortar.

Você pode escutar sobre essa história na segunda metade [deste episódio da rádio novoelo](#) ou pode assistir a [esse vídeo](#) também.





*Atividades  
que podem ajudar a passar  
por um pré, durante, pós-aborto:*

- 
-  Tá se organizando para passar por um aborto? Se alimente bem com comidas leves e nutritivas! O seu corpo vai trabalhar um bocado e vale a pena demais se oferecer esse cuidado e afeto.
  
  -  Quais são suas estratégias de autocuidado?  
Auto massagem?  
Tempos de silêncio?  
Cuidar da pele?  
Dos cabelos?  
Se alongar?  
Tomar chás?  
Qual foi a última vez que você fez um esalda-pés?  
(lembrando que se os cuidados parecerem cobranças internamente:  
reavaliar, se cuidar não deveria parecer mais uma obrigação)
  
  -  Escreva! Pegue seu caderninho, bote pra fora.
  
  -  Chame as amigas e converse: parte do desafio de passar por um aborto é a dificuldade que temos de falar sobre isso em público. Tire o aborto do armário, converse com pessoas nas quais você confia, não passe por isso sozinha.  
(E se não tiver pessoas em volta com quem possa conversar: volta lá naqueles links da primeira seção!)



Se você for do tipo monotemática, pode assistir a alguns filmes/documentários sobre o tema:

- O acontecimento
- Retrato de uma jovem em chamas
- Infantaria
- As miçangas
- Levante
- Verde esperanza
- Incompatível com a vida
- Aprendendo com a vovó (Grandma)
- Nunca, Raramente, Às Vezes, Sempre

Se não for monotemática, você pode ir atrás do conforto de outros jeitos: veja aquele filme, aquela série, escute aquela música que te traz um aconchego

Mergulhe num livro gostosinho

Sentiu dor durante o processo? Lembre que existem **chazinhos** e **analgésicos** que você pode tomar para aliviar os sintomas. É bom já ter tudo junto com você antes de começar! Não sabe que remédio usar? Volta naqueles links da primeira seção que tem tudo direitinho.

Você também pode fazer essas posturas de Yoga (que também servem para períodos menstruais) para ser gentil com o corpo <3



# LIBERDADE PARA ESCOLHER



Um agradecimento especial a **Shis** que não hesitou em nenhum momento em ajudar nossa empreitada iniciante de comunicação popular sobre aborto

Essa zine só se tornou realidade com o apoio da [safe2choose.org](http://safe2choose.org) <3



 safe2choose